

Aspectos teóricos e metodológicos da pesquisa em saúde mental e trabalho: reflexões a partir de uma análise comparativa do estresse em jornalistas e guardas municipais

Eduardo Pinto e Silva^{I, 1} Roberto Heloani^{II, 2}

^IUniversidade Federal de São Carlos

^{II}Universidade Estadual de Campinas e Fundação Getúlio Vargas de São Paulo

Este artigo aborda aspectos teóricos e metodológicos da pesquisa em saúde mental e trabalho mediante uma análise comparativa do estresse em jornalistas e em guardas municipais. São explicitados e analisados os referenciais teóricos, os pressupostos e os procedimentos de pesquisa utilizados na análise do estresse em ambas as categorias profissionais. Argumentamos que a proposta teórico-metodológica da psicodinâmica do trabalho caracteriza-se como crítica e interdisciplinar, passível de engendrar transformações nos aspectos patogênicos da gestão e da organização do trabalho, assim como pode articular-se ao referencial teórico do materialismo histórico-dialético e à perspectiva das pesquisas-ação.

Palavras-chave: Saúde mental e trabalho, Organização do trabalho, Metodologia de pesquisa, Estresse, Guardas municipais, Jornalistas.

Theoretical and methodological aspects of the research on mental health and work: reflections from a comparative analysis of stress in journalists and city police officers

This article is concerned with theoretical and methodological aspects of the research on mental health and work. This investigation is done by a comparative analysis of the impact of the stress in journalists and in city police officers. We make explicit and analyze the theoretical system of references, the projects and research proceedings that we made use of in the analysis of stress acting on both professional occupations. We argue that the methodologies and the theoretical visions of psychopathology and of work psychodynamics characterize these areas as critical and interdisciplinary proposals, liable to produce transformations in the pathogenic aspects of management and work organization, as well they are able to link with the theoretical system of references of the historical and dialectical materialism and with the perspective of the researches that points to action.

Keywords: Work and mental health, Work organization, Research methodology, Stress, Police officers, Journalists.

Introdução

No presente artigo, discutimos o tema subjetividade, gestão e estresse no trabalho a partir de uma análise comparativa de pesquisas sobre o trabalho de jornalistas e de guardas municipais, enfatizando em tal análise os aspectos metodológicos e os referenciais teóricos das pesquisas em saúde mental e trabalho. Optamos por abordar comparativamente os casos dos jornalistas e dos guardas municipais em função de uma série de similaridades verificadas nas análises realizadas pelos autores em trabalhos anteriores (Heloani, 2003, 2005; Silva, 2005).

1 Psicólogo pela PUC-SP. Extensão universitária em saúde mental e justiça pela Faculdade de Medicina da USP e especialização em psicanálise pelo Instituto Sedes Sapientiae. Mestre (linha de pesquisa: educação e trabalho) e doutor (linha de pesquisa: gestão, saúde e subjetividade) em educação pela Faculdade de Educação da UNICAMP.

2 Psicólogo pela PUC-SP e bacharel em Direito pela USP. Mestre em administração pela FGV-SP e doutor em psicologia social pela PUC-SP. Livre docente pela Faculdade de Educação da UNICAMP.

Apesar de serem categorias profissionais diferentes, há vários aspectos do cotidiano de trabalho que as aproximam. Em ambas é possível identificar a existência de uma relação entre a gestão e a organização do trabalho e o estresse dos trabalhadores. O produto da relação gestão-indivíduo e da relação indivíduo-organização nos casos mencionados é o estresse. Aspectos macro-sociais (sócio-organizacionais), psicossociais (cotidiano estrutural) e características da atividade de trabalho são fatores determinantes dos significativos índices de estresse.

Compreendemos que se trata de um conjunto de aspectos similares importantes de serem inicialmente explicitados, haja vista a relevância da análise psicossocial e organizacional subjacente ao modelo crítico e interdisciplinar de pesquisa em saúde mental e trabalho, foco deste artigo, que aqui discutimos e defendemos.

A vida cotidiana urbana impõe pressões econômicas, temporais, sociais, políticas, institucionais etc. Esses elementos atingem a população em geral, assim como diversas categorias profissionais. Nos casos aqui em análise temos, por um lado, uma categoria profissional intelectualizada, que exerce a prática do jornalismo. Do outro, temos uma categoria profissional composta predominantemente pela camada social média-baixa, que exerce a prática da segurança pública e ações de prevenção e de combate à criminalidade. Jornalistas e guardas municipais, aparentemente, habitam vidas e fatos distintos. Segundo nossa compreensão, porém, partilham similares pressões sócio-econômicas e institucionais na vida social e laboral cotidiana.

Pois bem: devemos aqui enfatizar a diferença entre o pseudoconcreto (faticidades) e o concreto (totalidade concreta) da vida cotidiana apenas aparentemente distinta das categorias profissionais em questão. O pseudoconcreto necessita ser diferenciado do concreto (Kosic, 2003). Isso significa dizer que faticidades díspares estão envoltas em um mesmo cotidiano concreto e estrutural. Nele se tece a relação gestão, organização do trabalho e estresse. Mas o aspecto organizacional não é o único. Verificamos, no cotidiano estrutural, constantes reajustamentos psicossociais experienciados pelas categorias profissionais em questão (mudanças relativas a trabalho, família, vínculo conjugal, atividades sociais e demais processos psicossociais qualitativamente distintos). Os índices de reajustamento social em ambas as categorias profissionais são significativos e co-relativos à porcentagem, também significativa, de estresse, a saber: 77% em jornalistas (Heloani, 2003) e 32% em guardas municipais (Silva, 2005). Tal condição revela-se como preocupante, sobretudo quando analisamos seus aspectos qualitativos, ou seja, quando nos propomos a analisar dados que vão além dos dados quantitativos ou que são passíveis de mensuração.

A gestão do trabalho e o indivíduo no mundo instituído são, portanto, elementos fundamentais que aproximam o cotidiano estrutural (concreto) de jornalistas e de guardas municipais – ainda que isso se dê por esferas diferentes (privada e pública) e por distintos modos de operacionalização do trabalho. Apesar disso, compreendemos que predomina o estruturalismo da organização e da gestão do trabalho que, mesmo no pós-fordismo (Heloani, 1996), manipula a subjetividade, desta feita a título de reconhecê-la (Enriquez, 1995; Pagès, 1987). Para Enriquez (1995), em prefácio à coletânea *“Recursos” humanos e subjetividade*, a transposição da negação taylorista-fordista à instrumentalização pós-fordista da subjetividade mantém os ditames da razão instrumental, ou seja, da gestão que promove o instituído em detrimento do instituinte (Lourau, 1975).

As análises mais aprofundadas da questão subjetiva relacionada ao estresse, ao trabalho e às relações de poder não emergem exatamente dos dados quantitativos derivados dos instrumentais de detecção da porcentagem de estresse (Lipp & Guevara, 1994), dos índices de reajustamento psicossocial (Holmes & Rahe, 1967) ou de qualidade de vida (Lipp & Rocha, 1994) das mencionadas pesquisas, mas sim das entrevistas individuais e grupais

semi-estruturadas (grupos focais) e dos relatos reiterados dos trabalhadores acerca de suas trajetórias pessoais e profissionais (histórias de vida).

No caso dos processos de reajustamento social é necessário dizer que a análise qualitativa das entrevistas de ambas as pesquisas aponta para o fato de que a generalização quantitativa não corresponde às intensidades subjetivas e, por extensão, nem tampouco ao grau ou fase específicos de estresse. Além de que os aspectos psicológicos, biológicos e sociais quantificados pelos instrumentais referidos não têm um peso genérico, suposto pela abordagem positivista. Quando analisamos o dado qualitativo (entrevistas) sob uma perspectiva crítica, verificamos que o processo saúde-doença (relacionado ao psicossocial, à gestão do trabalho e à subjetividade) não é como um mecanismo taylorista, pré-determinado e pré-quantificado. Pelo contrário, verifica-se que o dado quantificado insere-se num movimento dialético de uma totalidade concreta, de modo que a sua “objetividade” comporta tendências e movimentos inimagináveis às previsibilidades empíricas presas ao factual ou ao pseudoconcreto (Nunes, 1983).

Os dados epidemiológicos nos permitiram objetivar fases e porcentagens do estresse nas referidas categorias profissionais. Porém, foi a análise qualitativa dos dados mensurados e dos discursos dos trabalhadores que nos sinalizaram para existência de movimentos dinâmicos entre saúde mental e trabalho.

Portanto, justificamos nossa proposta de abordagem comparativa das referidas categorias profissionais tendo em vista o seu cotidiano institucional e estrutural e a compreensão da relação do estresse tanto com a gestão do trabalho, como com os processos de precarização social e laboral, processos esses que denominamos como “desgaste da realidade sócio-institucional” (Heloani & Silva, 2006; Silva, 2005). Tais processos implicam reajustamentos psicossociais que pressionam para “adaptações”, as quais colocam em risco a saúde mental no trabalho. Determinadas atitudes e estruturas psíquicas podem intensificar esses riscos, mas não são, porém, seus artífices. Sendo assim, o estresse envolve uma dialética entre o desgaste sócio-institucional e o biopsíquico. Em outras palavras, uma conceituação revitalizada do estresse emerge de nossa análise comparativa. Ela questiona a ênfase na descrição sintomática ou etiológica do estresse em suas relações com o cognitivo, tal como verificamos na abordagem comportamental-positivista ou neocognitivista das pesquisas sobre estresse no Brasil (Lipp, 1996, 2000, 2004, 2005).

Segundo nossa compreensão, o estresse revela-se como movimento de questionamento da organização e dos ditames ideológicos e de poder inseridos no cotidiano estrutural da vida socioprofissional. O estresse é grito político. Portanto, se por um lado é produto de formas de gestão (tayloristas, fordistas e pós-fordistas), por outro é grito que pode se fazer voz da história, desejo instituinte. Em outras palavras, é desejo potencialmente instituinte, ainda que possa ser, direta ou indiretamente, produto do instituído (Silva, 2005).

Considerações sobre os métodos e abordagens da pesquisa em saúde mental e trabalho

Primeiramente devemos justificar a importância tanto da realização, como da discussão ou da problematização das pesquisas na área de saúde mental e trabalho. Vale salientar que, no atual momento histórico da reestruturação produtiva, a precarização das relações de trabalho, a intensificação do ritmo de trabalho e a exigência de polivalência têm agravado os problemas de saúde ocupacional (Heloani & Silva, 2006).

Segundo a nossa concepção, o trabalho possui uma função psíquica (constituição da identidade e da subjetividade) e engendra um espaço social de reconhecimento, de gratificação e de mobilização da inteligência (Dejours, 1993), de modo que os impedimentos para que isso aconteça, delimitados pelo horizonte de (im)possibilidades do atual momento histórico, devem ser sistematicamente analisados em prol de sua superação.

Para nós, o trabalho é a matriz da integração social e as propostas de intervenção e de transformação do trabalho devem objetivar a substituição do sofrimento ou do adoecimento pelo prazer e pelo desenvolvimento (do coletivo e da instituição). Tais considerações relacionam-se às abordagens da psicopatologia e da psicodinâmica do trabalho (Dejours, 1992, 1993, 1994, 2004a, 2004b; Heloani & Lancman, 2004) e a outras abordagens interdisciplinares e críticas da grande área da psicologia social, organizacional e do trabalho (Enriquez, 1995; Heloani, 1996, 1997; Pagès, 1987; Sato, 1998; Seligmann-Silva, 1995).³

A psicodinâmica do trabalho é, porém, uma abordagem teórico-metodológica em saúde mental e trabalho que é problematizada e interpretada por distintos autores brasileiros de diferentes formas. Compreendemos que contribuir para esse debate e essa polêmica seja o fundamento ético que nos move e que move alguns dos autores acima indicados (Heloani, 1996; Sato, 1998; Seligmann-Silva, 1995).

Segundo Jacques (1995), os referenciais da sociologia e da psicologia social, ou ainda, o referencial freudo-marxista, permitem elucidar os nexos e as articulações indispensáveis entre identidade e trabalho. Em trabalho posterior, Jacques (2003), de modo geral, afirma ainda que, embora possamos apontar tanto para as diferentes ênfases entre a abordagem (clínica) de base psicanalítica da psicodinâmica do trabalho e as abordagens (sociológicas) de base marxista, ambas alinham-se à metodologia qualitativa, ao passo que as abordagens cognitivo-comportamentais que utilizam o conceito de estresse podem ser caracterizadas pelo uso de metodologias quantitativas.

Jacques (2003) também considera que há tentativas que procuram empregar conceitos e procedimentos de origens diversas, tal como as de Codo (citado por Jacques, 2003, p. 112). A abordagem de Seligmann-Silva (1995), considerada por nós (Heloani & Silva, 2006; Silva, 2005) interdisciplinar e fundamentada por um “paradigma integrador”, tal como a identifica a própria autora (Seligmann-Silva, 1995, p. 294), não é, porém, citada por Jacques (2003) em tal passagem, ainda que, do nosso ponto de vista, seja ela a mais propriamente imbuída do esforço de construção de uma abordagem sincrética, ou melhor, de uma abordagem integradora que não se perde em ecletismo, haja vista sua visão crítica e politizada dos processos de saúde-doença no trabalho (Seligmann-Silva, 1995).

Jacques (2003) também agrupa e classifica as metodologias e as abordagens teóricas das pesquisas em saúde mental e trabalho. Ela as denomina como: “teorias sobre estresse”, “psicodinâmica do trabalho”, “modelo epidemiológico e/ou diagnóstico” e “estudos e pesquisas em subjetividade e trabalho”. Embora seja útil, tal classificação requer conhecimento prévio por parte do leitor, sem o qual tanto a percepção da fluidez, como a das intersecções existentes entre as distintas abordagens pode ser dificultada.

Segundo nosso ponto de vista, a classificação de Seligmann-Silva (1995), a qual ainda iremos aqui detalhar, além de pioneira é mais genérica e, nesse sentido, evita a difícil categorização mais pormenorizada, assim como melhor preserva a coerência em relação à etiologia das idéias de alguns autores ou de algumas abordagens que, vale ressaltar, abarcam tanto divergências como convergências. Consideramos também que nossa própria abordagem acerca do estresse enquanto processo dialético de desgaste sócio-organizacional e biopsíquico (Heloani & Silva, 2006; Silva, 2005) distingue-se com nitidez da visão positivista

³ Conforme argumento de Dejours (2004a, p. 49), a psicodinâmica do trabalho integra os constructos da psicopatologia do trabalho, ampliando-a. Mais do que isso, é sua evolução.

(comportamental-cognitivista) – ainda que adotemos o instrumento ISS (Lipp & Guevara, 1994) como recurso para identificar a porcentagem e a fase do estresse em trabalhadores –, o que significa dizer que não é toda abordagem acerca do estresse que se coaduna com a visão médico-biológica de caráter naturalizante, individualizante e biologizante.

De modo geral, concordamos, respectivamente, com a conclusão do artigo de Jacques (2003) e com suas reflexões de seu trabalho anterior (Jacques, 1995), a saber: a) o entendimento de que a abordagem comportamental-cognitivista, fundamentada na metodologia quantitativa, relaciona-se à psicologia social científica (compreendida por nós como funcionalista); b) as demais abordagens, entre elas a psicodinâmica (dejouriana) e a sociológica (marxista), com base, sobretudo, na metodologia qualitativa, relacionam-se (ainda que “em maior ou menor grau”, conforme o autor ou pesquisa em questão) aos pressupostos da “psicologia social histórico-crítica” (Jacques, 2003, p. 113); c) a compreensão de que a abordagem interdisciplinar é relevante para explicitarmos a articulação indispensável entre trabalho e identidade (Jacques, 1995).

Compreendemos, tal como Seligmann-Silva (1995), que uma abordagem integradora da metodologia da pesquisa em saúde mental e trabalho é o desejável, tendo em vista a realidade complexa e multifacetada do seu objeto de estudo. Tal abordagem, que relaciona a subjetividade ao econômico, ao político e ao institucional, incorpora conceitos da psicodinâmica do trabalho à análise materialista histórico-dialética. A autora considera que o enfoque integrador, por ela defendido, supera tanto o viés objetivista, quanto o subjetivista, de modo que inclui em seu bojo as visões politizadas e psicodinâmicas do sofrimento psíquico e do adoecimento no trabalho, assim como os fatores objetivados pelos estudos do *work stress*. Nas palavras da autora:

O modelo centrado no conceito de desgaste mental pode ser tomado como um paradigma integrador, que permite compreender as interações entre os “fatores” objetivados pelos estudos do “work stress”, a subjetividade e diferentes esferas da vida social, a partir dos âmbitos microssociais do local de trabalho e da família, passando pelos intermediários (empresa e comunidade), até os macrossociais, que definem desde a divisão internacional de trabalho às políticas industrial, tecnológica e salarial de cada país, balizando as relações sociais de trabalho em cada realidade (Seligmann-Silva, 1995, p. 294).

De nossa parte, compreendemos que se faz necessário um amplo esforço no sentido de superar as compreensões simplificadas acerca do estresse, tanto daquelas sintomaticamente produzidas no cotidiano, como também daquelas produzidas no próprio campo científico que, não raramente, tendem a individualizar, biologizar ou mesmo despolitizar o fenômeno.

No que tange às modalidades do discurso científico sobre o estresse, acreditamos que é necessário abordar criticamente a concepção biologizante que se fez historicamente dominante a partir das contribuições originais da medicina (Selye, 1946, 1965) e subseqüentes da psicologia comportamental-cognitiva (Lipp, 1996, 2000, 2004, 2005).

Partimos do pressuposto de que o ser humano é uma unidade biopsicossocial e de que o fenômeno do estresse jamais será compreendido, de forma crítica e em sua complexidade etiológica, ontológica e processual, se prescindirmos de alguns conceitos e noções-chave advindos de distintas contribuições a ele direta ou intrinsecamente articulados, a saber: “fadiga” e “carga psíquica” no trabalho (Dejours, 1992, 1994), “desgaste mental no trabalho dominado” (Seligmann-Silva, 1994), “processo saúde-doença” (Laurell & Noriega, 1989).

Destacamos neste artigo a visão de Seligmann-Silva (1994, 1995), que explicita a intenção de elaborar compreensões teóricas que, muito embora critiquem as visões biologizantes ou positivistas (ou mesmo individualizantes, também presentes na facção

eminentemente clínica da psicanálise), não as menospreza, além de integrar os referidos pressupostos da psicodinâmica do trabalho.

Seligmann-Silva (1995, p. 289) também considera que o trabalho “vem sendo reconhecido como importante instância na patogenia, no desencadeamento e na evolução de distúrbios psíquicos”, reconhecimento esse por ela relacionado a um crescente interesse pela temática da “psicopatologia do trabalho”. Apesar dos estudos na área serem cada vez mais numerosos, ainda não haveria um consenso firmemente estabelecido acerca do modo como se exerce a “conexão trabalho-psiquismo” (Borges, 1997; Sato, 1998; Seligmann-Silva, 1995). Embora sejam estudadas as determinações coletivas do distúrbio psíquico (sobretudo o aspecto patogênico da organização do trabalho), elas inevitavelmente articulam-se aos modos individuais ou singulares de interação e de adoecimento (Aubert, 1994, pp. 163-193), ou ainda, aos processos sociais que se situam aquém e além do mundo do trabalho propriamente dito.

No que tange à questão da situação de trabalho, a mesma autora aponta para a importância da compreensão não somente das condições de trabalho e de organização do mesmo, mas também dos tipos de gestão e da qualidade das relações humanas no trabalho (Seligmann-Silva, 1995, p. 289).

Conforme explicitado na citação acima, Seligmann-Silva (1995, p. 294) defende a construção de um “paradigma integrador” nos estudos de saúde mental e trabalho. A autora afirma que “o modelo centrado no conceito de desgaste mental pode ser tomado como um paradigma integrador” (Seligmann-Silva, 1995, p. 294). E ainda acrescenta que “no conceito de desgaste mental é possível integrar a idéia de um desgaste concreto em nível orgânico” com a idéia de um desgaste psicossocial (desgaste da esperança em relação ao projeto de vida e deterioração da auto-imagem e da auto-estima). Ambos aspectos do desgaste foram verificados nos estudos acerca do estresse dos guardas municipais (Silva, 2005) e dos jornalistas (Heloani, 2005, 2003), com destaque para o desgaste da esperança e deterioração da auto-imagem e da auto-estima.

A mesma autora (Seligmann-Silva, 1995, pp. 293-294) também expõe que os campos da saúde mental e do trabalho caracterizam-se por uma variedade de modelos teóricos e por diferentes enfoques em relação aos fenômenos da fadiga, do estresse, das neuroses do trabalho, da alienação e da dominação, tanto nos ambientes de trabalho, como na vida social de modo geral.

Ainda segundo a autora, o modelo que tem suas raízes na teoria do estresse de Selye (1946, 1965) provém da fisiologia, sendo coerente com a “perspectiva positivista dominante nos estudos da medicina e com a visão behaviorista” (Seligmann-Silva, 1995, p. 293). A crítica da autora ao modelo positivista clássico centraliza-se na questão de que se trata de um modelo mecanicista e unidirecional, conivente com a noção de normalidade (Canguilhem, 2002) e condizente com os interesses dos “donos do poder e da produção”, ou seja, trata-se de um modelo que ignora a “dimensão política” do estresse (Seligmann-Silva, 1995, pp. 293-294).

Apesar da crítica acima mencionada, a autora considera que tal modelo teve dois importantes desdobramentos: um no qual aspectos psicodinâmicos passaram a ser incluídos, configurando o conceito de *burnout* (esgotamento profissional), e outro no qual se priorizou a análise de aspectos sociais do estresse, quer seja relacionando-o à organização do trabalho, quer seja relacionando-o aos diferentes tipos de apoio social que atuam (ou não) na adaptação (ou na não-adaptação) às situações estressoras (Seligmann-Silva, 1995, p. 293).

Ainda seguindo Seligmann-Silva (1995, p. 294), o modelo dejouriano acrescenta importantes reflexões ao modelo positivista e aos seus dois desdobramentos. A partir de tal modelo, os aspectos psicodinâmicos e psicossociais do estresse podem ser efetivamente

explicitados. Conforme ainda esclarece a autora (1995, p. 294), o estudo da psicodinâmica do trabalho, ao utilizar o referencial psicanalítico e, ao mesmo tempo, absorver contribuições de várias disciplinas (sobretudo daquelas que estudam a organização do trabalho em uma perspectiva psicossocial), permite-nos melhor elucidar as estratégias de defesa e de solidariedade individuais e coletivas em relação a questões como medo e sofrimento no trabalho.

A mesma autora também aponta que:

Alguns pesquisadores têm procurado criar convergências entre as duas correntes, adotando abordagens nas quais associam técnicas que permitem mensuração de elementos visíveis e procedimentos do tipo qualitativo, voltados para o entendimento das dinâmicas que se processam no nível profundo das estruturas psíquicas e sociais (Seligmann-Silva, 1995, p. 294).

A perspectiva adotada em nossas pesquisas com jornalistas e com guardas municipais relaciona-se a tal intencionalidade. Porém, concordamos com a referida pesquisadora quando a mesma considera que, embora possamos identificar algumas aproximações entre os dois referidos modelos, há entre eles diferenças conceituais e de enfoque que não são desprezíveis. Por um lado, o modelo positivista e seus desdobramentos não consideram a referida “dimensão política” do estresse. Por outro, o modelo dejouriano não dá a devida atenção aos apoios sociais que se originam fora do ambiente de trabalho e que influenciam a maior ou menor vulnerabilidade do trabalhador em relação aos seus aspectos patogênicos mais circunscritos ou específicos da gestão e da organização do trabalho (Seligmann-Silva, 1995, p. 294).

Compreendemos que o modelo proposto pela autora (Seligmann-Silva, 1995), que se fundamenta na concepção do conceito de “desgaste” (Seligmann-Silva, 1994; Laurell & Noriega, 1989) pode, efetivamente, consolidar-se como um “terceiro caminho”, ou seja, como um “paradigma integrador” passível de superar os impasses teóricos e de abordagens presentes tanto nos distintos modelos de análise, como nas mencionadas tentativas de articulá-los.

O desgaste no trabalho dominado (Seligmann-Silva, 1994, 1995, p. 294) é compreendido como “um produto de uma correlação desigual de forças no processo biopsicossocial saúde-doença”. Nesse processo, determinações de ordem sociopolítica e econômica passam a atuar, de forma que o desgaste no trabalho se torna tanto mais grave quanto piores as condições de vida (Seligmann-Silva, 1995).

Portanto, concordamos com o argumento de Seligmann-Silva (1995) de que o modelo focado no conceito de desgaste mental pode ser tomado como um paradigma integrador. Em tal modelo articula-se os fatores “objetivados” pelos estudos do *work stress*, aos fatores microssociais ou intermediários e aos macrossociais, de modo a preencher lacunas presentes tanto na abordagem positivista, como na abordagem dejouriana.

Não obstante o enfoque pluridimensional do modelo do desgaste, a organização do trabalho é apontada pela autora como a esfera preponderante das determinações dos agravos psíquicos relacionados ao trabalho (Seligmann-Silva, 1995, p. 290). A pesquisadora ainda aponta que os estudos de saúde mental e trabalho voltados à compreensão da organização do trabalho – que envolvem diferentes “especialistas”, tais como engenheiros de produção, sociólogos do trabalho, administradores, psicólogos do trabalho e ergonomistas – compreendem, de modo geral, que tensão, fadiga, medo e apatia podem ser “fabricados” (aspas da autora) pelas seguintes situações de trabalho: rígida estruturação hierárquica e de decisão de tarefas, estrutura temporal extenuante (trabalhos em turnos alternados ou de longas jornadas), políticas de pessoal e formas de gerenciamento adotadas

(Seligmann-Silva, 1995, p. 290). Esses aspectos foram todos eles identificados nas pesquisas com jornalistas (Heloani, 2003, 2005) e com guardas municipais (Silva, 2005).

Ainda em relação aos modelos de organização do trabalho, Seligmann-Silva (1995, p. 290) observa que “quanto menor a participação do trabalhador na formulação da organização de sua própria atividade e no controle sobre a mesma, maiores as possibilidades de que esta atividade seja desfavorável à saúde mental”, argumento tributário às postulações de Dejours (1992, 1993, 1994, 2004b).

Tendo em vista os estudos com guardas municipais e com jornalistas, podemos compreender que tentativas de adaptação envolvem não somente uma defesa biopsíquica, mas também psicossocial. Ou seja, trata-se de uma defesa que enseja uma atitude ativa do trabalhador, quer seja de resistência biopsíquica ao estresse, quer seja de enfrentamento das adversidades políticas, sociais e organizacionais (precarização social e do trabalho, normas e restrições impostas pelo cotidiano das organizações).

A assunção explícita de alguns pressupostos dejourianos por Seligmann-Silva (1994, 1995), cuja base marxista é evidente, não é, no entanto, seguida por Lima (2002). Segundo esta última autora, a abordagem de Dejours caracterizar-se-ia como sendo idealista e reproduziria os equívocos dos fundamentos da psicologia criticados por Politzer (1968, citado por Lima, 2002, pp. 52-55), a saber, a autonomização do psíquico e o ofuscamento da percepção da relação dialética entre o subjetivo e o social (Lima, 2002, pp. 63-74). Para a pesquisadora da Universidade Federal de Minas Gerais, Dejours (1992) negaria a relação entre organização do trabalho e adoecimento e sua metodologia reduzir-se-ia à análise do discurso e dos seus aspectos subjetivos. Diferimos nossa compreensão de tal interpretação, pois consideramos que uma das teses centrais de Dejours (1992), reiterada na sua produção atual (Dejours, 2004a), é justamente a de que há relações entre os processos de saúde-doença do trabalhador, a organização e a gestão do trabalho.

Se, por um lado, as críticas de Lima (2002, pp. 63-74) a Dejours nos parecem demasiado rigorosas, por outro lado, consideramos que a autora nos alerta para uma série de questões extremamente relevantes para os pesquisadores da área de saúde mental e trabalho. Lima (2002) aponta para a importância de uma psicopatologia do trabalho com ênfase na dimensão social. A autora considera que a perspectiva de Le Guillant (1984, citado por Lima, 2002, pp. 59-62) seria exemplar no que diz respeito à construção de uma psicopatologia social. Segundo Lima, a perspectiva sociogênica de Le Guillant diferencia-se tanto da abordagem organossocial de Sivadon (citado por Lima, 2002, pp. 56-59), quanto da de Dejours (1992, citado por Lima, pp. 63-74). Esta última por ela compreendida como “idealista” e “especulativa” (Lima, 2002, p. 73). Ainda que não concordemos com tais adjetivações, parecem-nos fundamentais suas considerações acerca da imprescindibilidade de considerarmos o contexto econômico, social e político do trabalho, a articulação dialética entre o subjetivo e o objetivo e os aspectos ergonômicos da atividade trabalho. Ademais, consideramos também extremamente pertinente a visão da autora de que as pesquisas em saúde mental e trabalho devam adotar um método pluridimensional de pesquisa, ou seja, que possam lançar mão de procedimentos diversos, tais como: observações da atividade trabalho, questionários, entrevistas individuais e grupais, dados estatísticos e epidemiológicos, estudos de caso, histórias de vida. Em outras palavras, consideramos fundamentais suas considerações acerca da necessidade de evitar o reducionismo psicologizante e de articular a análise ergonômica do trabalho à sua análise psicossociológica, haja vista nosso objetivo de consolidação de métodos de análise psicossocial laboral voltados à transformação da gestão patogênica do trabalho.

Ademais, também consideramos fundamental nas pesquisas em saúde mental e trabalho abordar os aspectos da cultura organizacional, ou ainda, as relações entre cultura e poder nas organizações (Fleury, Shinyashiki & Stevanato, 1997; Motta, 2000).

Diferindo um pouco da interpretação de Lima (2002), Heloani e Lancman (2004) ressaltam, em artigo intitulado *Psicodinâmica do trabalho: o método clínico de intervenção e de investigação*, que a visão teórica de Dejours (1992, 2004a) e sua proposta metodológica coadunam-se, respectivamente, a uma visão do sujeito no trabalho que supera o reducionismo idealista psicologizante e que integra a perspectiva crítica materialista-dialética da pesquisa-ação de Thiollent (1997, citado por Heloani & Lancman, 2004).

De acordo com as idéias expressas por Heloani e Lancman (2004), compreendemos que a psicodinâmica do trabalho é um método específico que, além de ligar a intervenção institucional à pesquisa, busca compreender os aspectos psíquicos e subjetivos mobilizados pelas relações na organização do trabalho.

Segundo nossa compreensão, a proposta teórica e metodológica de Dejours (1992, 1993, 2004a) envolve a escuta (coletiva) de quem executa o trabalho, de forma a propiciar um processo de reflexão realizado pelo conjunto de trabalhadores. Os processos de reflexão são geradores de mobilização entre os trabalhadores, no sentido de tornar o trabalho mais saudável (Dejours, 1993). Sendo assim, a psicodinâmica do trabalho propõe um método de investigação qualitativo voltado ao estudo e à intervenção em situações de trabalho. Parte-se do pressuposto de que a intervenção em situações de trabalho que geram sofrimento é de fundamental importância para a compreensão das relações entre as formas de organização de trabalho e os processos de adoecimento.

A proposta dejouriana caracteriza-se como uma abordagem crítica e qualitativa do tema subjetividade, poder e trabalho que, conforme conduzida, assume as feições dos estudos de caso ou da pesquisa-ação (Heloani & Lancman, 2004). Vale lembrar que as abordagens qualitativas de pesquisa incluem as modalidades de pesquisa documental (materiais escritos), etnografia (compreensão das significações culturais) e estudo de caso. Este último caracteriza-se como compreensão singular dos eventos de uma determinada organização. A história de vida (narrativa de uma pessoa sobre sua experiência pessoal com o mínimo de interferência do entrevistador) e a observação são instrumentos utilizados tanto nos estudos de caso como nas pesquisas-ação propriamente ditas (Queiroz, 1987).

Segundo nossa forma de analisar a proposta metodológica de Dejours (1992, 2004a), o foco dos pesquisadores não deve se reduzir ao discurso do trabalhador e muito menos ao trabalhador enquanto indivíduo isolado. Não obstante, pesquisadores devem atentar para os conteúdos das falas (consensos *versus* discussões contraditórias, dito *versus* não dito, espontâneo *versus* não espontâneo, expressões de sofrimento *versus* expressões de prazer) sobre distintos temas relacionados à atividade de trabalho, à organização e à gestão do trabalho.

A descrição mais detalhada das etapas do método da psicodinâmica do trabalho presente no artigo de Heloani e Lancman (2004) sustenta o nosso argumento sobre sua proximidade em relação à perspectiva do materialismo histórico-dialético. As etapas são: pré-enquete ou formação do grupo gestor da pesquisa-ação (trabalhadores, funcionários e pesquisadores); enquete ou discussões grupais; análise da demanda que gera a intervenção; análise do material da enquete; observação clínica (resgate ilustrado e articulado das falas); interpretação ou identificação dos elementos subjetivos das sessões grupais e atribuição de sentidos a eles por meio de conceitos; validação e refutação. Destacamos a importância do processo interativo (entre pesquisadores e participantes) na validação e na refutação das interpretações dos pesquisadores, análises e conclusões da intervenção. A validação realizada pelo grupo-gestor é seguida por uma validação ampliada, de modo que o relatório final seja discutido com o conjunto de trabalhadores que não participaram diretamente da pesquisa, assim como com a direção.

A perspectiva da pesquisa-ação supera o viés acrítico e psicologizante. Conforme argumentam Heloani e Lancman (2004), tal perspectiva propicia a ampliação do espaço

público de deliberação e de participação dos trabalhadores sobre os processos de trabalho. Sendo assim, favorece a produção de acordos e compromissos negociados, assim como a transformação dos aspectos patogênicos da organização do trabalho.

Portanto, consideramos ser necessária uma leitura da proposta teórico-metodológica de Dejours (1992, 1993, 1994, 2004a, 2004b) que evite o estigma de reducionista ou idealista. Como argumentamos, tal proposta apresenta uma abordagem pluridimensional e valoriza a interdisciplinaridade da pesquisa e o seu caráter eminentemente qualitativo. Vale lembrar que tal modalidade de pesquisa (qualitativa) congrega várias correntes do pensamento que têm como denominador o enfrentamento do modelo positivista como padrão único de ciência. Na pesquisa qualitativa, como procuramos demonstrar, o objeto de estudo é compreendido através da interpretação e a compreensão dos significados deve substituir a descrição (Gamboa, 2000; Heloani & Lancman, 2004).

Os pressupostos, hipóteses, métodos e procedimentos das pesquisas do estresse em jornalistas e guardas municipais

As pesquisas com jornalistas (Heloani, 2003, 2005) e com guardas municipais (Silva, 2005) foram realizadas por meio de procedimentos similares e pautadas por referenciais teóricos e pressupostos metodológicos comuns. O pressuposto teórico era o de que haveria uma relação entre processos subjetivos, gestão institucional e relações de poder. Buscava-se, através da pesquisa, melhor elucidar e demonstrar as relações, nem sempre visíveis – e por vezes até negligenciadas pelo viés organizacional (Borges, 1997) –, entre gestão, saúde mental e trabalho.

No estudo com jornalistas foram entrevistados 44 profissionais escolhidos mediante amostra intencional (Heloani, 2003, 2005). Foram realizadas entrevistas semi-abertas e em profundidade em grupo (grupos focais nos quais discutiram-se questões relacionadas a formação profissional, trabalho e família) e individuais recorrentes (história de vida), ambas com duração média de duas horas. Foram também aplicados um questionário objetivo de múltipla escolha sobre as questões acima indicadas, assim como instrumentos que permitiram a coleta de dados quantitativos, a saber: o Inventário de Sintomas de Stress (ISS), validado por Lipp e Guevara (1994), a Escala de Reajustamento Social de Holmes e Rahe (1967) e o Inventário de Qualidade de Vida (Lipp & Rocha, 1994).

A pesquisa com os guardas municipais foi realizada com 238 sujeitos de um total de 412 da corporação. Foram entrevistadas 26 equipes (grupos focais, com duração média de duas horas, nos quais discutiram-se as questões do medo e do risco no trabalho e as relações entre gestão e estresse). Entrevistas individuais semi-abertas foram realizadas com 42 guardas identificados como estressados através do Inventário de Sintomas de Stress (Lipp & Guevara, 1994). Utilizou-se também a Escala de Reajustamento Social (Holmes & Rahe, 1967). Tais instrumentos constituíram um questionário que também incluiu questões relacionadas à saúde e à vida familiar e profissional dos entrevistados, questionário esse que foi aplicado antes da realização dos grupos focais. Posteriormente, foram feitas outras entrevistas grupais, precedidas novamente por um questionário, por meio do qual se buscou investigar as relações entre o estresse e os problemas da formação técnico-profissional. Partíamos do pressuposto de que a formação era um elemento da gestão e da organização do trabalho que, ao lado dos aspectos psicossociais e sócio-organizacionais, constituía-se como fator de estresse (Silva, 2005).

Compreendemos que a utilização dos procedimentos quantitativos acima indicados, precedentes às entrevistas individuais e grupais, forneceu uma base empírica suficientemente sólida que nos auxiliou e complementou a análise de caráter interpretativo.

Análise do estresse em jornalistas e em guardas municipais e considerações críticas e autocríticas sobre os aspetos teóricos e metodológicos das pesquisas em saúde mental e trabalho

Na análise dos dados de ambas as pesquisas argumentamos que o estresse implicava em uma tentativa de superar a negação da subjetividade pela gestão. O discurso do sujeito estressado foi compreendido como um discurso crítico à instituição, à gestão e à organização do trabalho e que tinha a potencialidade de transformá-las.

No caso dos guardas municipais, o discurso do sujeito estressado engendrava críticas pertinentes à gestão da formação profissional e às ambigüidades do ordenamento jurídico-institucional a respeito de questões fundamentais da atividade trabalho, como, por exemplo, o uso de armas e o poder de polícia. As relações de poder entre as instituições desse ordenamento (sistema macro-jurídico policial) impediam uma melhor nitidez dos direitos e dos deveres das Guardas Municipais e das funções dos guardas municipais (Paschoal, 2003). Esse fato redundava em conflitos (sociais e psíquicos) de identidade (institucional e individual), que acalentavam a condição de estresse, ou seja, de desgaste biopsíquico e sócio-institucional (Heloani & Silva, 2006).

Na pesquisa com jornalistas (Heloani, 2003), intitulada *Mudanças no mundo do trabalho e impactos na qualidade de vida do jornalista*, verificou-se que sua vida pessoal é geralmente precária, com falta de relacionamento familiar por conta das excessivas jornadas de trabalho e vínculos afetivos que se desfazem rapidamente. Eles trabalham em quase todos os finais de semana, mas, em compensação, resistem bem ao estresse. Dedicam-se, inclusive, com paixão à profissão e nutrem por ela uma relação de amor e ódio. Nas redações, o ritmo de trabalho a que se submetem é estafante, com jornadas de doze horas (às vezes até mais), estando expostos a assédio moral, sexual e ao rígido controle social.

É possível afirmar que jornalistas recebem salários não condizentes com o grau de exigência que lhes é imposto pelas chefias. Enfrentam um ambiente altamente competitivo, condições de trabalho precárias em muitas redações, além de falta de tempo para estudo. Muitos dos entrevistados, na época da pesquisa, não tinham suficiente consciência da importância social de seu trabalho. Alguns também eram individualistas em excesso, além de parecerem influenciados pela imagem glamorosa que a sociedade possui em relação à profissão. Verificou-se que ocorria (e ainda ocorre) uma deterioração da qualidade de vida do jornalista, cuja profissão naturalizou-se e banalizou-se, fato compreendido como extremamente grave, tanto do ponto de vista coletivo, como do individual.

As análises dos dados de ambas as pesquisas indicaram que a idealização acerca da atividade profissional tem um duplo aspecto: por um lado gera frustração, face à realidade concreta da atividade profissional e das adversidades sócio-institucionais; por outro lado, é justamente a idealização, enquanto desejo de transformação, que mantém a força de resistência contra as adversidades sócio-institucionais e biopsíquicas. A idealização, nesse sentido, mantém acesa a chama, ou seja, a potencialidade crítica do sujeito estressado. Sendo assim, concordamos com Enriquez (1997) quando, ao analisar os textos ditos “sociológicos” de Freud, considera que os aspectos narcísicos não apenas se relacionam às ilusões individuais, mas também aos ideais utópicos de um coletivo (Enriquez, 1997).

O estresse, portanto, não se limita a ser uma condição individual e a resistência a ele não está condicionada apenas à vitalidade biopsíquica individual. Ele é, segundo nossa compreensão, uma força de resistência política de um coletivo de profissionais a um histórico processo de desgaste social, infelizmente institucionalizado.

Sendo assim, embora haja desgaste e instrumentalização da subjetividade no ambiente de trabalho de ambas as categorias profissionais, vale indagar: por que não desistem de seu trabalho? Por que insistem no exercício de sua profissão? O que se conclui pelos depoimentos é que a maioria desses sujeitos orgulham-se de seu trabalho ou, ainda, fetichizam suas profissões. Segundo um dos jornalistas entrevistados:

eu sempre gostei muito da minha profissão. Eu sempre fui trabalhar com muito entusiasmo. Cantarolando não, mas eu ia feliz. Quando eu estou escrevendo, eu me sinto bem. Isso me satisfaz muito. Fazer uma ligação, dar notícias e orientar o leitor. A pior coisa para um jornalista é ele não ter um fato para trabalhar, porque é a matéria-prima (Heloani, 2005, p. 161).

Essa fala é surpreendentemente semelhante a alguns aspectos do discurso dos guardas municipais. Um dos membros de uma equipe bem entrosada e tecnicamente bem preparada verbalizou que a finalização bem sucedida de uma ocorrência policial lhe era extremamente “*gratificante*” (Silva, 2005, p. 209). O orgulho de bem servir a população era bastante enfatizado como aspecto que se contrapunha às adversidades e às frustrações vividas no cotidiano do trabalho. Os guardas também diziam que o pior não era enfrentar ocorrências de risco, mobilizadoras de descargas de adrenalina. O pior, para eles, era não agir, ou melhor, permanecer em algumas situações com o sentimento de inatividade, a saber: tomar conta de monumentos em praças públicas, ficar estacionados por longos períodos em um mesmo local, despender muitas horas no plantão da delegacia (Silva, 2005, pp. 194-226). Algumas falas foram ilustrativas: “*ser vigia de estátuas?*”, “*ontem ficamos lá, plantados o dia inteiro*”, “*o que desgasta mesmo é o plantão da delegacia, a burocracia*” (Silva, 2005, pp. 34, 198, 197).

Por outro lado, o poder vivenciar ocorrências de risco apresentava duas repercussões co-relacionadas: uma era a de propiciar uma forte identificação com a atividade policial – por nós compreendida como atividade condizente com a identidade profissional libidinalmente investida – e a outra era a de vivência do sentimento de ser útil para a comunidade, vivência que se materializava na sensação de “*adrenalina pura*” (Silva, 2005, p. 214). Essas situações foram muitas vezes referidas como prazerosas (Silva, 2005, pp. 194-197, 206-207, 209, 214). Algumas frases eram diretas: “*é gostoso, a adrenalina vai lá em cima, o giroflex ligado*”, “*vivemos um stress bom*”, “*o pessoal gosta (...) todo mundo gosta*”, “*é uma excitação boa*”, “*eu acho excitante, quero chegar lá e trocar [tiros] também*” (Silva, 2005, pp. 196, 197, 206, 209, 214). Alguns guardas chegaram a ironizar o prazer expresso em tais falas: “*é o sonho de todo mundo, doutor*”, “*tem gente que quase goza*” (Silva, 2005, pp. 201, 214).

A dimensão do prazer, assim, convivia com o seu oposto, tal como no enfrentamento dos guardas com a ineficácia da burocracia do sistema jurídico-policial. O esforço de levar infratores para a delegacia era muitas vezes visto como vão, pois era freqüente a ocorrência da liberação do apreendido (Silva, 2005). Já os jornalistas, queixavam-se de que suas matérias, produto do esforço de um jornalismo investigativo cada vez mais raro e menos reconhecido eram, em 70% dos casos, filtradas ou manipuladas (Heloani, 2005). A decepção mostrava-se patente em ambos os casos.

No caso dos guardas municipais, era também comum a queixa em relação ao que nomeavam como “*dois pesos e duas medidas*” (Silva, 2005, p. 233) no que concerne à política de promoções e de punições na instituição, assim como em relação às relações de poder entre distintas instituições policiais (Guardas Municipais, Polícia Militar, Polícia Civil). Tal aspecto era similar ao de que se queixaram alguns jornalistas, ao verbalizar frases como: “*há ciúmes de*

um lado e intrigas de outro. Eu sei que jornal é uma fábrica de intrigas...”, “tudo lá é muito tenso. Tudo é no grito. E daí eu fiquei doente...” (Heloani, 2005).

Guardas e jornalistas são igualmente expostos com frequência ao público e à mídia. Em ambas as categorias verificamos queixas de falta de apoio ou de abandono da instituição em decorrência de processos derivados do exercício profissional. Várias equipes de guardas verbalizaram “*falta de respaldo*” por parte do “*comando*” (Silva, 2005, p. 240). O trabalho bem feito não era reconhecido como os guardas desejavam, ao passo que os percalços e equívocos eram dura, senão injustamente criticados. Nas palavras de um jornalista evidenciamos algo similar: “*a maioria dos jornalistas sofre processos...*”, “*nunca fui processado, mas já testemunhei em processo de colegas*” (Heloani, 2005, p. 158). Um dos entrevistados ressaltou que, na atualidade, as empresas deixam a cargo de seus empregados a sua própria defesa, o que não ocorria em décadas anteriores. Ele mencionou o caso do jornalista Paulo Francis que, ao denunciar a diretoria da Petrobras de ter conta na Suíça, teve que trabalhar em vários jornais ao mesmo tempo, na América do Norte, com o intuito de angariar recursos para sua própria defesa (Heloani, 2003). A sobrecarga de trabalho era evidente. Em 1997, morreu aos 66 anos, em Nova York, após sofrer um infarto.

Vale ressaltar outro aspecto em comum que verificamos na nossa análise comparativa do estresse no trabalho de guardas municipais e de jornalistas. Ele diz respeito aos limites da atuação profissional. No caso dos guardas, as ambigüidades em relação ao uso de armas e ao poder de polícia (Paschoal, 2003; Silva, 2005, pp. 243-248). Já no caso dos jornalistas, em relação à exigência ou não do diploma para o exercício da profissão (Heloani, 2003).

Julgamos também pertinente considerar as limitações das pesquisas aqui discutidas. Essas limitações devem-se não somente às adversidades sócio-institucionais, mas também ao fato de não terem se caracterizado efetivamente como pesquisas-ação. Trataram-se mais de trabalhos voltados ao aprimoramento profissional e acadêmico dos pesquisadores do que de trabalhos organicamente vinculados aos interesses e às lutas dos trabalhadores. Não obstante, as análises empreendidas podem subsidiar a efetivação de pesquisas que venham a assumir tal compromisso com a classe trabalhadora. Nesse caso, haveria a necessidade de uma pesquisa de longo prazo, que favorecesse o cruzamento entre interpretações de pesquisadores e o coletivo de trabalhadores de forma mais intensa e efetivamente interativa. Ademais, admitimos que não nos debruçamos em uma análise exaustiva da atividade do trabalho, ou seja, não levamos em consideração a necessidade de articular a análise psicossociológica do trabalho à análise ergonômica e ergológica (Lima, 2002; Schwartz, 2000).

Sendo assim, a auto-crítica que aqui explicitamos leva em conta as considerações de Lima (2002), considerações às quais apresentamos tanto concordâncias, como ressalvas. Compreendemos que é a partir do aprimoramento acerca do debate dos aspectos metodológicos das pesquisas em saúde mental e trabalho que podemos avançar no sentido de práticas sociais que visem à transformação da desgastada realidade sócio-institucional.

Considerações finais

O estresse não necessita, tal como alegam as visões gerencialistas das empresas privadas e burocráticas das instituições públicas, ser “controlado”. Ele necessita ser escutado e devidamente canalizado em suas potencialidades transformadoras. A negociação entre gestão e trabalhadores e a criação do espaço da palavra no cotidiano organizacional podem amenizar o conflito indivíduo-organização e transformar os aspectos patogênicos da gestão e da organização do trabalho (Dejours, 1993, 2004b; Heloani & Silva, 2006).

O estresse não deve ser normatizado, psicologizado e transformado em entidade nosográfica. A relação estresse-indivíduo é apenas um aspecto da relação mais ampla do estresse com o trabalho e a realidade sócio-institucional. A ênfase nessa primeira relação oculta a possibilidade da ação transformadora do sujeito estressado sobre a gestão patogênica do trabalho. Compreendemos que a ênfase nos aspectos individualizados do estresse (personalidade, vulnerabilidade) deva ser substituída pela ênfase nos aspectos psicossociais e sócio-institucionais. Portanto, o estresse deve ser escutado em sua crítica consistente à organização, de modo a indicar caminhos para as necessárias transformações organizacionais e sociais.

Não há conclusões inequívocas quando tratamos de subjetividade, estresse e gestão sob a perspectiva aqui adotada. Há um constante (in)determinismo que deixa em aberto as possibilidades de concretização do conformismo ou da transformação do sujeito organizacional, ainda que, nos casos analisados o *hierarquicus* organizacional pareça ser o que predomina. Nesses casos, as possibilidades de desequilíbrio psicossomático face à organização do trabalho preponderaram sobre as possibilidades de equilíbrio psicossomático, o que redundava em um processo dialético de desgaste sócio-organizacional e biopsíquico.

Portanto, concluímos que o estresse, antes que elemento a ser controlado, possa ser um elemento que favoreça o desenvolvimento psicossocial e organizacional, mediante a produção coletiva de conhecimentos (Dejours, 1993, 2004a, 2004b; Heloani & Lancman, 2004; Schwartz, 2000) e de uma metodologia crítica e interdisciplinar que aqui procuramos defender.

Referências

- Aubert, N. (1994). A neurose profissional. In J. F. Chanlat (Org.), *O indivíduo na organização: dimensões esquecidas* (vol. 2, pp. 163-194). São Paulo: Atlas.
- Borges, L. H. (1997). Trabalho e doença mental: reconhecimento do nexos trabalho e doença mental. In J. F. Silva Filho & S. Jardim (Org.), *A danação do trabalho: organização do trabalho e sofrimento psíquico* (pp. 193-202). Rio de Janeiro: Te Corá.
- Canguilhem, G. (2002). *O normal e o patológico* (5ª ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Dejours, C. (1992). *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho* (5ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Dejours, C. (1993). Inteligência operária e organização do trabalho: a propósito do modelo japonês de produção. In H. Hirata (Org.), *Sobre o modelo japonês: automatização, novas formas de organização do trabalho e de relações de trabalho* (pp. 281-309). São Paulo: Edusp.
- Dejours, C. (1994). *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho* (2ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Dejours, C. (2004a). A metodologia em psicopatologia do trabalho. In S. Lancman & L. Sznelwar (Orgs.), *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho* (pp. 105-126). Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Dejours, C. (2004b). Patologia da comunicação: situação de trabalho e espaço público. In S. Lancman & L. Sznelwar (Orgs.), *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho* (pp. 243-275). Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Enriquez, E. (1995). Prefácio. In E. P. B. Davel & J. G. M. Vasconcellos (Orgs.), *“Recursos” humanos e subjetividade* (pp. 7-22). Petrópolis: Vozes.
- Enriquez, E. (1997). *Da horda ao Estado: psicanálise do vínculo social*. Petrópolis: Vozes.

- Fleury M. T., Shinyashiki, G. & Stevenato, L. A. (1997). Entre a antropologia e a psicanálise: dilemas metodológicos dos estudos sobre a cultura organizacional. *Revista de Administração*, 32, 23-37.
- Gamboa, S. A. (2000). A dialética na pesquisa em educação: elementos de contexto. In I. Fazenda (Org.), *Metodologia da pesquisa educacional* (pp. 91-115). São Paulo: Cortez.
- Heloani, J. R. (1996). A mudança de paradigma no pós-fordismo: a nova subjetividade. *Interações*, 1 (2), 69-77.
- Heloani, J. R. (2003). *Mudanças no mundo do trabalho e impactos na qualidade de vida do jornalista*. São Paulo: FGV.
- Heloani, J. R. (2005). Vivendo no limite: quem são os nossos formadores de opinião? *Revista USP*, 65, 148-168.
- Heloani, J. R. & Lancman, S. (2004). Psicodinâmica do trabalho: o método clínico de intervenção e investigação. *Revista Produção*, 14 (3), 77-86.
- Heloani, J. R. & Silva, E. P. (2006). O desgaste da realidade sócio-institucional, identidade e stress no trabalho de guardas municipais. In G. Gutierrez (Org.), *Qualidade de vida e fadiga institucional* (pp. 271-289). Campinas: Unicamp/IPES.
- Holmes, T. H. & Rahe, R. (1967). The social readjustment rating scale. *Journal of Psychosomatic Research*, 11, 213-218.
- Jacques, M. da G. C. (1995). Identidade e trabalho: uma articulação indispensável. In A. Tamayo, J. E. Borges-Andrade & W. Codo (Orgs.), *Trabalho, organizações e cultura* (pp. 41-47). São Paulo: Autores Associados.
- Jacques, M. da G. C. (2003). Abordagens teórico-metodológicas em saúde/doença mental & trabalho. *Psicologia & Sociedade*, 15 (1), 97-116.
- Kosic, K. (2002). *Dialética do concreto* (7ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Laurell, A. C. & Noriega, M. (1989). *Processo de produção e saúde: trabalho e desgaste operário*. São Paulo: Hucitec.
- Lima, M. E. A. (2002). Esboço de uma crítica à especulação no campo da saúde mental e trabalho. In M. da G. Jacques & W. Codo. (Orgs.), *Saúde mental & trabalho: leituras* (pp. 50-81). Petrópolis: Vozes.
- Lipp, M. E. N. (Org.). (1996). *Pesquisas sobre stress no Brasil*. Campinas: Papyrus.
- Lipp, M. E. N. (2000). *O stress está dentro de você* (2ª ed.). São Paulo: Contexto.
- Lipp, M. E. N. (2004) (Org.). *O stress no Brasil: pesquisas avançadas*. Campinas: Papyrus.
- Lipp, M. E. N. (2005). *Stress e o turbilhão da raiva*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Lipp, M. E. N. & Guevara, A. J. de H. (1994). Validação empírica do Inventário de Sintomas de Stress (ISS). *Estudos de Psicologia*, 11 (3), 43-49.
- Lipp, M. E. N. & Rocha, J. C. (1994). *Stress, hipertensão arterial e qualidade de vida*. Campinas: Papyrus.
- Lourau, R. (1975). *El análisis institucional* (3ª ed.). Buenos Aires: Amorortu.
- Motta, F. C. P. (2000). Os pressupostos básicos de Schein e a fronteira entre a psicanálise e a cultura organizacional. In F. C. P. Motta & M. E. Freitas (Orgs.), *Vida psíquica e organização* (pp. 75-102). Rio Janeiro: FGV.
- Nunes, E. D. (1983). Os eventos da vida: uma revisão. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 32 (1), 31-40.
- Pagès, M. (1987). *O poder nas organizações*. São Paulo: Atlas.
- Paschoal, J. C. (2003). O papel das guardas municipais na segurança pública. *Revista do ILANUD*, 157-169.
- Queiroz, M. I. P. (1987). Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. *Ciência e Cultura*, 39 (3), 272-286.

- Sato, L. (1998). Trabalho como categoria explicativa dos problemas psicossomáticos e de saúde mental. In F. C. Ferraz, R. M. Volich & M. A. de A. C. Arantes (Orgs.), *Psicossoma II: psicossomática psicanalítica* (pp. 175-180). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Schwartz, Y. (2000). A comunidade científica ampliada e o regime de produção de saberes. *Trabalho & Educação*, 7, 38-46.
- Seligmann-Silva, E. (1994). *Desgaste mental no trabalho dominado*. São Paulo: Cortez.
- Seligmann-Silva, E. (1995). Psicopatologia e psicodinâmica do trabalho. In R. Mendes (Org.), *Patologia do trabalho* (pp. 287-310). São Paulo: Atheneu.
- Selye, H. (1946). The general adaptation syndrome and the diseases of adaptation. *Journal of Clinical Endocrinology*, 6, 117-231.
- Selye, H. (1965). *Stress: a tensão da vida* (2ª ed.). São Paulo: Ibrapsa.
- Silva, E. P. (2005). *O stress no trabalho de guardas municipais: a dialética entre o desgaste sócio-institucional e o biopsíquico*. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas.

Endereço para correspondência

roberto.heloani@fgv.br, dups@ig.com.br

Recebido em: 11/05/2007
Revisado em: 08/08/2007
Aprovado em: 12/08/2007